



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC)
Departamento de Artes Cênicas (DEART)
Licenciatura em Artes Cênicas (COLAC)



TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**RELAÇÕES DE PERTENCIMENTO E IDENTIDADE: experiências vivenciadas
durante o ensino de artes na Escola Estadual Dom Pedro II em Ouro Preto**

BÁRBARA GONÇALVES DA COSTA

OURO PRETO – MG

2024



UFOP

Universidade Federal
de Ouro Preto

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)
Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC)
Departamento de Artes Cênicas (DEART)
Licenciatura em Artes Cênicas (COLAC)



Bárbara Gonçalves da Costa

**RELAÇÕES DE PERTENCIMENTO E IDENTIDADE: experiências vivenciadas
durante o ensino de artes na Escola Estadual Dom Pedro II em Ouro Preto**

Artigo apresentado como Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) no Departamento de Artes Cênicas (DEART) do Instituto de Filosofia, Artes e Cultura (IFAC) da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP), como requisito parcial para conclusão da Licenciatura em Artes Cênicas.

Orientadora: Dra. Neide das Graças de Souza Bortolini

OURO PRETO – MG

2024



FOLHA DE APROVAÇÃO

Bárbara Gonçalves da Costa

RELAÇÕES DE PERTENCIMENTO E IDENTIDADE:

experiências vivenciadas durante o ensino de Artes na Escola Estadual Dom Pedro II em Ouro Preto

Monografia apresentada ao Curso de Artes Cênicas da Universidade Federal de Ouro Preto como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada em Artes Cênicas

Aprovada em 24 de janeiro de 2024

Membros da banca

Dr.^a Neide das Graças de Souza Bortolini- Orientadora - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof.^a. Dr.^a. Nina Caetano (Elvina Maria Caetano Pereira) - Universidade Federal de Ouro Preto
Prof.^a. Dr.^a. Gláucia Maria dos Santos Jorge - Universidade Federal de Ouro Preto

[Dr.^a Neide das Graças de Souza Bortolini], orientadora do trabalho, aprovou a versão final e autorizou seu depósito na Biblioteca Digital de Trabalhos de Conclusão de Curso da UFOP em 09/03/2024



Documento assinado eletronicamente por **Neide das Graças de Souza Bortolini, PROFESSOR DE MAGISTERIO SUPERIOR**, em 09/03/2024, às 07:57, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.ufop.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0680765** e o código CRC **E3F22089**.

Resumo

Este artigo apresenta os conceitos de pertencimento e identidade associados às experiências vivenciadas na Escola Estadual Dom Pedro II (EEDPII), localizada na cidade de Ouro Preto, Minas Gerais, durante o Programa Residência Pedagógica – Subprojeto Artes Cênicas, de novembro de 2022 a dezembro de 2023. A necessidade desta proposta se baseia em análises de práticas educacionais realizadas na disciplina Artes, junto às turmas de Terceiro Ano do Ensino Médio, por residentes do Departamento de Artes Cênicas da UFOP. Além desta experiência, estão associadas vivências como estagiária em escolas públicas. Uma das consequências da ausência de relação de pertencimento da população em relação à cidade e seus dispositivos educacionais e culturais é que o número de pessoas de Ouro Preto ingressantes na UFOP, ou de adolescentes que pretendem cursar a graduação na universidade, é bem menor que o potencial de inclusão. Sendo assim, diversas atividades com intuito de reflexão foram desenvolvidas com discentes da EEDPII, entre debates sobre a complexidade da vida de uma pessoa ouro-pretana que pretende frequentar uma instituição pública de ensino superior, especialmente daquela que tem o nome dessa cidade. Nessa perspectiva, também são consideradas as políticas inclusivas de acesso à universidade, o que também tem sido levado ao conhecimento de estudantes do Ensino Médio da EEDPII.

Palavras-chave: Pertencimento; Ensino Médio; Comunidades periféricas; Políticas de inclusão; Escolas públicas de Ouro Preto.

Abstract

This article presents the concept of belonging and identity associated with the experiences lived at the Dom Pedro II State School (EEDPII), located in the city of Ouro Preto, Minas Gerais, in the Pedagogical Residency Program - Performing Arts Subproject, between November 2022 and December 2023. The need for this proposal is based on the analysis of educational practices carried out in the subject of Arts with third-year high school classes, carried out by residents of the UFOP Performing Arts Department. In addition to this experience, there are experiences as a trainee in public schools. One of the consequences of the lack of a sense of belonging to the city and its educational and cultural facilities is that the number of people from Ouro Preto entering UFOP, or teenagers who intend to study at the university, is much lower than the potential for inclusion. Therefore, various activities aimed at reflection were developed with EEDPII students, including debates on the complexity of the life of a person from Ouro Preto who wants to attend a public higher education institution, especially one that bears the name of this city. From this perspective, inclusive university access policies are also taken into account, and this has also been brought to the attention of EEDPII high school students.

Keywords: Belonging; High school; Peripheral communities; Inclusion policies; Ouro Preto public schools.

Resumen

Este artículo presenta el concepto de pertenencia e identidad asociado a las experiencias vividas en la Escuela Estadual Dom Pedro II (EEDPII), ubicada en la ciudad de Ouro Preto, Minas Gerais, en el Programa de Residencia Pedagógica - Subproyecto de Artes Escénicas, entre noviembre de 2022 y diciembre de 2023. La necesidad de esta propuesta se basa en el análisis de las prácticas educativas llevadas a cabo en la asignatura de Artes con clases de tercer año de secundaria, realizadas por residentes del Departamento de Artes Escénicas de la UFOP. A esta experiencia se suman experiencias como la de pertenencia a la ciudad y a sus equipamientos educativos y culturales es que el número de personas de Ouro Preto que ingresan en la UFOP, o de adolescentes que pretenden estudiar en la universidad, es muy inferior al potencial en escuelas públicas. Una de las consecuencias de la falta de sentido de inclusión. Por ello, se desarrollaron diversas actividades de reflexión con los alumnos de la EEDPII, incluyendo debates sobre la complejidad de la vida de una persona de Ouro Preto que quiere asistir a una institución pública de enseñanza superior, especialmente a una que lleva el nombre de esta ciudad. En esta perspectiva también se han tenido en cuenta las políticas de acceso inclusivo a la universidad, lo que también se ha puesto en conocimiento de los alumnos de la EEDPII.

Palabras clave: Pertenencia; Enseñanza secundaria; Comunidades periféricas; Políticas de inclusión; Escuelas públicas de Ouro Preto.

I. O início de uma caminhada

Ao adentrar no meio escolar, desta vez como parte do corpo docente, em conjunto com o residente Otávio Marlon dos Santos¹ e o professor preceptor Samir Antunes da Silva, iniciamos assim uma jornada no Programa Residência Pedagógica da UFOP (PRP)². Como residentes do PRP – Subprojeto Artes Cênicas³, vivenciamos um processo que mostrou ser uma ocasião de grande aprendizado em relação às políticas públicas inclusivas. Ao longo de todo um ano letivo, foram acompanhadas as turmas do Terceiro ano do Ensino Médio da Escola Estadual Dom Pedro II (EEDPII)⁴, que, mesmo sendo localizada no centro histórico da cidade de Ouro Preto, é composta por uma maioria de estudantes moradores de regiões periféricas e de algumas zonas de risco da cidade. A escola possui um índice de setecentos e quatro discentes, somente no Ensino Médio. Com pouco espaço nas salas e um grande número de adolescentes para ocupá-las, grandes desafios foram observados a cada momento. O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), Lei nº 8.069/1990, mostra em uma de suas vertentes que a educação é, por lei, algo que todas as crianças e adolescentes têm o direito de usufruir, pelo acesso a escolas públicas, como se observa no Art.53:

Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II - direito de ser respeitado por seus educadores;

III - direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV - direito de organização e participação em entidades estudantis;

V - acesso à escola pública e gratuita, próxima de sua residência, garantindo-se vagas no mesmo estabelecimento a irmãos que frequentem a mesma etapa ou ciclo de ensino da educação básica. (Redação dada pela Lei nº 13.845, de 2019)

Parágrafo único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.

¹ Otavio Marlon, graduando do curso de Artes Cênicas - Licenciatura, da Universidade Federal de Ouro Preto.

² O Programa de Residência Pedagógica é um programa da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, que tem por finalidade fomentar projetos institucionais de residência pedagógica implementados por Instituições de Ensino Superior, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação inicial de professores da educação básica nos cursos de licenciatura.

³ Coordenado pela professora Dra. Neide das Graças de Souza Bortolini do curso de Artes Cênicas da UFOP. Link para o Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5698244212403554>

⁴ Escola Estadual Dom Pedro II. Endereço: Praça Orlando Tropa, 94 Centro. 35400-000 Ouro Preto – MG.

A partir da legislação, constata-se que a criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, ao preparo para o exercício da cidadania e à qualificação para o trabalho. Porém, não basta estar matriculado(a)s. Tem que estar, de fato, aprendendo, visto que a falta de recursos para a aprendizagem vai além do meio escolar, considerando também os problemas familiares e sociais.

Analisando os investimentos realizados pelo Estado de Minas Gerais nos últimos anos, nos deparamos com escolas em estado de decadência, com problemas estruturais nos prédios, salários, e merenda escassa ou deficitária. A baixa remuneração de educadores, acompanhada de métodos, por vezes, ultrapassados de ensino, como avaliações baseadas em provas padronizadas que visam de certa forma medir a inteligência da(o) aluna(o), resultam em desmotivação em adentrar as profissões que trabalham com a formação escolar e acadêmica, como é o caso da docência. A desvalorização do Ensino Público e a subestimação nas iniciativas de formação de pessoas apontam um profundo descaso com a educação e com os processos de aprendizagem escolar. A escola não é somente um edifício construído e institucionalizado, é o conjunto de profissionais, de discentes, seus familiares, enfim, a comunidade escolar. No trabalho de Joyciane Coelho (2021) é possível ver a seguinte afirmação:

Estudos demonstram o quanto ainda é preciso investir em infraestrutura escolar no Brasil (SENA, 2014). Soares Neto et al. (2013) consideram a estrutura predial e os equipamentos da escola como um traço latente único. Para Cerqueira e Sawyer (2007), preocupa o fato de que a maior parte das escolas brasileiras adere ao perfil das mais precárias em infraestrutura. (COELHO, 2021. p.877).

É importante frisar que a EEDPII se localiza em Ouro Preto, cidade que foi palco da escravização de pessoas negras e do genocídio de povos indígenas durante o Ciclo do Ouro, no séc. XVIII⁵. Logo, as pessoas que hoje vivem nas periferias, nos chamados morros de Ouro Preto, são majoritariamente descendentes afro-brasileiras e/ou ameríndias, sobreviventes do genocídio que assombra a história da cidade e do país. O centro histórico possui belas casas e atrações turísticas, mas tenta mascarar os demais territórios pertencentes à cidade, escondendo aquilo que não é belo aos olhos de quem detém poder através do dinheiro. A comunidade periférica de Ouro Preto não deveria ser percebida somente em situações serviços ou subalternas como acontece, frequentemente, em restaurantes e hotéis, por exemplo. Tal

⁵ Para saber mais sobre o Ciclo do Ouro, Cf. “A mão afro-brasileira. Significado da contribuição artística e histórica” em <http://tinyurl.com/24a998dv> e “Colonização, Quilombos – modos e significados” em http://cga.libertar.org/wp-content/uploads/2017/07/BISPO-Antonio.-Colonizacao_Quilombos.pdf. Acesso em 26 dez. 2023.

situação reflete, assim, entre estudantes que crescem perante este racismo estrutural velado e explícito, trazendo a incompreensão dos seus direitos legais, tal como o direito à educação pública e de qualidade. Há, então, a necessidade de falar sobre o racismo, de forma mais aberta, nas salas de aula, de uma maneira mais compreensível para todas as pessoas, assim como é possível entender a partir do pensamento de Djamila Ribeiro (2019), pesquisadora e filósofa que reflete sobre questões do feminismo negro em comunidades populares:

Devemos aprender com a história do feminismo negro, que nos ensina a importância de nomear as opressões, já que não podemos combater o que não tem nome. Dessa forma, reconhecer o racismo é a melhor forma de combatê-lo. Não tenha medo das palavras “branco”, “negro”, “racismo”, “racista”. Dizer que determinada atitude foi racista é apenas uma forma de caracterizá-la e definir seu sentido e suas implicações. A palavra não pode ser um tabu, pois o racismo está em nós e nas pessoas que amamos — mais grave é não reconhecer e não combater a opressão (RIBEIRO, 2019. p.11).

A proposta de trabalhar questões de pertencimento com discentes tem como vertente observações e análises explícitas, não somente nas escolas, mas também das próprias salas da Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) e mais especificamente, nas salas do Departamento de Artes Cênicas (DEART), uma vez que a cada período que se inicia encontra-se uma média de somente um a dois estudantes da cidade de Ouro Preto (e região) por turma. Inclusive, várias vezes não houve registro da presença de nenhuma pessoa dessa região. Esta situação demonstra como as instituições de ensino superior públicas ainda mantêm um padrão elitizado de discentes, embora já existam políticas de inclusão social. As análises detalhadas foram conduzidas por meio de uma pesquisa baseada em conversas e observações diretas com os alunos do DEART. Esse método permitiu uma imersão mais profunda nas experiências da(o)s estudantes, proporcionando percepções valiosas sobre as dinâmicas de pertencimento, identidade e inclusão.

Muitas mudanças foram feitas para tornar a universidade inclusiva e há, ainda, muito a se fazer para uma maior inclusão: além das leis de cotas, há a Lei N° 12.711, de 29 de agosto de 2012, que garante vagas em instituições de ensino superior pública para aqueles que estudaram durante os três anos do Ensino Médio na rede pública de ensino.

Art. 1º As instituições federais de educação superior vinculadas ao Ministério da Educação reservarão, em cada concurso seletivo para ingresso nos cursos de graduação, por curso e turno, no mínimo 50% (cinquenta por cento) de suas vagas para estudantes que tenham cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas.

Parágrafo único. No preenchimento das vagas de que trata o **caput** deste artigo, 50% (cinquenta por cento) deverão ser reservadas aos estudantes oriundos de famílias

com renda igual ou inferior a 1 (um) salário mínimo **per capita**. (Redação dada pela Lei nº 14.723, de 2023). (BRASIL, 2012).

Dentro desta porcentagem, a metade do percentual é reservado para estudantes de baixa renda familiar e, também, vagas para candidata(o)s autodeclarada(o)s preta(o)s, parda(o)s e indígenas. A partir do ano de 2016, a lei de cotas incluiu Pessoas com Deficiência (PcDs) em suas vertentes.

Uma reportagem realizada por Patrícia Pereira, divulgada no site UFOP, dá o perfil atual dos estudantes, de forma mais exata, ao utilizar dados referentes às matrículas do segundo semestre de 2023. Na Tabela 1, é possível ver os dados referentes à declaração da cor da pele.

Tabela 1 – Declaração de cor de pele referente ao perfil dos ingressantes da UFOP no segundo semestre de 2023

Cor de pele declarada	Número de pessoas e porcentagem do total
Preta	171 (13,98%)
Parda	471 (38,51%)
Indígena	2 (0,16%)
Amarela	7 (0,57%)
Branca	572 (46,77%)
Total	1.223 (100,00%)

Fonte: PEREIRA, 2023.

Já na Tabela 2, apresentam-se as informações referentes à origem da pessoa que ingressou na UFOP em relação ao Ensino Médio no período.

Tabela 2 – Declaração da origem dos ingressantes da UFOP no segundo semestre de 2023 em relação ao Ensino Médio

Onde cursou o Ensino Médio	Número de pessoas e porcentagem do total
Integralmente em escola pública	886 (72,44%)
Parcialmente em escola pública ou privada	337 (27,56%)
Total	1.223 (100,00%)

Fonte: PEREIRA, 2023.

A Tabela 3 mostra os dados dos ingressantes da UFOP no segundo semestre de 2023 em relação ao sexo.

Tabela 3 – Declaração da origem dos ingressantes da UFOP em 2023 em relação ao sexo

Sexo	Número de pessoas e porcentagem do total
Feminino (todos os campi)	647 (52,90%)
Masculino (todos os campi)	576 (47,10%)
Total	1.223 (100,00%)

Fonte: PEREIRA, 2023⁶

Nas tabelas acima, se observa que, de 1223 ingressantes na UFOP no período informado, 471 são autodeclarados pardos e 171 se autodeclararam como pessoas pretas, contabilizando assim mais de 50% das matrículas. Um número significativo é a presença de estudantes da rede pública na universidade, de forma que 886 estudaram integralmente em tais instituições. Uma informação também a ser observada é que as mulheres ocupam uma maior porcentagem de ingressantes na universidade.

II. Vivências nas escolas públicas: sentimentos, marcas e reflexões

No decorrer do curso de Artes Cênicas – Licenciatura é obrigatória a realização de estágios. O meu processo de estágios tratado neste artigo foi desenvolvido em três períodos, sendo eles o “Estágio Supervisionado: Observação”, “Estágio Supervisionado: Planejamento e Regência I”, e “Estágio Supervisionado: Planejamento e Regência II”. Para diversa(o)s estudantes dos cursos de licenciatura, esses estágios são os primeiros contatos com uma escola, seja ela pública ou particular. No estágio se ocupa uma posição diferente, como parte integrante da função docente.

Para aqueles que se interessam, ao longo do curso de Licenciatura em Artes Cênicas existe a possibilidade de ingressar, por meio de uma seleção, no Programa Institucional de

⁶ A reportagem completa com os dados apresentados pode ser conferido em: <<https://www.ufop.br/noticias/graduacao/mais-da-metade-dos-ingressantes-232-e-preta-ou-parda-do-sexo-feminino-e-com>> Acesso em: 22/12/2023

Bolsas de Iniciação à Docência (PIBID)⁷. A oportunidade de participar desse Programa permite que contatos com a escola sejam melhor estabelecidos, pois, no decorrer de um ano é possível acompanhar discentes em suas turmas de Artes nas escolas. Durante minha permanência no PIBID (que antecedeu a experiência no PRP), entre novembro de 2020 e janeiro de 2022, na Escola Estadual João Ramos Filho⁸, localizada em uma região periférica da cidade de Mariana, o bairro Cabanas, foram observadas e vivenciadas diversas situações, tanto satisfatórias quanto insatisfatórias, visto que essa escola, assim como a EEDPII e muitas outras, enfrentam dificuldades estruturais e financeiras para sua administração.

A análise realizada leva em consideração as experiências ocorridas em mais de uma escola, com vivências no cotidiano discente que interferem diretamente no ambiente escolar. Um exemplo relevante é a experiência que vivenciei junto a uma aluna do Oitavo Ano do Ensino Fundamental, durante o processo de “Estágio Supervisionado: Planejamento e Regência II”. A aluna fazia parte da Escola Municipal Monsenhor João Castilho Barbosa, em Ouro Preto – (MG)⁹, e se pronunciou em sala de aula durante uma atividade na qual foi trabalhado o *Coolkit – Jogos para a Não Violência e Igualdade de Gênero*¹⁰. Esse recurso educativo, que trabalha com atividades lúdico-pedagógicas, traz a possibilidade de entender conflitos e questões de gênero entre jovens e adolescentes. Sendo assim, foi desenvolvido o jogo “A Bola”, que consiste em jogar aleatoriamente uma bola para discentes, para que digam a primeira palavra que surge ao serem incitados a completar uma das duas seguintes frases “O homem é...” ou “A mulher é...”. Após o desenvolvimento do jogo e debate constante da turma, que se mostrou ativa e engajada no assunto, a aluna pediu para falar. Contou, então, que aos seus doze anos de idade se viu grávida e sem o apoio do genitor da criança. A situação se estendeu com a descoberta de que o feto se apresentava com microcefalia¹¹. A microcefalia acarreta uma variedade de problemas, como atraso no desenvolvimento,

⁷ O Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID) é uma iniciativa que integra a Política Nacional de Formação de Professores do Ministério da Educação e tem por finalidade fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de docentes em nível superior e para a melhoria de qualidade da educação básica pública brasileira. Disponível em: <https://www.gov.br/capes/pt-br/aceso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/pibid/pibid>.

⁸ O PIBID foi coordenado pelo professor Dr. Marcelo Rocco (DEART – UFOP) e teve como preceptora a professora de Artes Juliana Conti na Escola Estadual João Ramos Filho localizada no Endereço: Rua Diamantina, 791 – Cabanas, Mariana - MG, 35420-000.

⁹ Endereço: Rua Prefeito, R. Washington Dias - Barra, Ouro Preto - MG, 35400-000

¹⁰ ROJÃO, G.; ARAÚJO, T.; SANTOS, A.; MOURA, S.; CARREIRA, R. *Coolkit: jogos para a não violência e igualdade de gênero*. Covilhã: Coolabora, 2011. Disponível em: <http://www.coolabora.pt/publicacoes/coolkit.pdf>

¹¹ “A microcefalia é uma malformação congênita em que a cabeça dos recém-nascidos é menor do que o esperado se comparada com a de bebês do mesmo sexo e idade. Muitas vezes, os bebês com microcefalia têm o cérebro menor, que pode não ter se desenvolvido adequadamente”. Disponível em: <https://www.cdc.gov/>. Acesso em: 07 jan. 2024.

convulsões, deficiência intelectual, entre diversos outros, sendo estes aqui citados os principais medos da aluna grávida. Segundo seu relato, no quinto mês de gestação ela sofreu um aborto espontâneo, considerando este evento como, segundo ela mesma disse, “um livramento de Deus”. A importância deste relato se dá pela gravidade desse acontecimento e pela dura realidade vivenciada por uma menor em situação de vulnerabilidade social. O depoimento dessa aluna traz as marcas das vivências em sua transição da infância para a adolescência, de suma importância para o seu desenvolvimento psicossocial. Tudo isso aos doze anos de idade, portanto uma criança, em transição para adolescência, que não teve os seus direitos mínimos respeitados.

III. Dos sentimentos de exclusão à noção de pertencimento histórico e sociocultural

Um dos instrumentos de pesquisa utilizado no trabalho no PRP foi o formulário montado especificamente para o recolhimento de dados discentes que foi acompanhado de questões para um pensamento inclusivo. O formulário foi distribuído de forma online no dia 31 de outubro de 2023. Ao todo, foram recebidas 80 respostas de 172 discentes do Terceiro Ano do Ensino Médio da EEDPII. É possível assim afirmar que 60% das respostas foram de alunas que se identificam com o sexo feminino; 29% por cento do sexo masculino; uma pessoa se identificou como não binário; e cerca de 10% foram inconclusivos, visto que confundiram identidade de gênero com orientação sexual. Vale ressaltar também que a idade média entre participantes foi de 17 a 20 anos.

Outro número significativo de respostas indica que quase 90% dos participantes ainda não realizaram o Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM¹². Essa é a realidade de escolas públicas, diferentemente da rede particular de ensino, em que estudantes são incentivados desde o Primeiro ano do Ensino Médio a participarem do ENEM¹³, segundo relato de professores e estagiários que trabalham e compartilham esta vivência do ensino privado.

¹² Inicialmente foi instituído no ano de 1998 como forma de análise escolar em relação ao desenvolvimento das(os) alunas(os). Posteriormente se aperfeiçoou para ser utilizado como mecanismo para o acesso à educação superior. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em 07 jan. 2024.

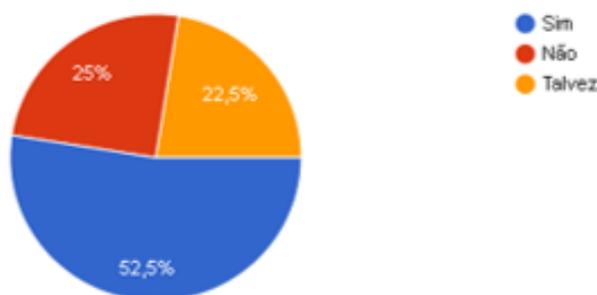
¹³ É de importância ressaltar que durante a participação dos residentes do Programa Residência Pedagógica – subprojeto Artes na EEDPII foi trabalhada de forma intensa a informação e incentivo para que os(as) alunas(os) realizassem a prova do ENEM.

É válido ser ressaltado o dado que se refere à pergunta “Você trabalha?”, para a qual houve uma resposta afirmativa de 30%, sendo que mais da metade são de homens. Acerca da conclusão do Ensino Médio entre a(o)s jovens brasileira(o)s, há a seguinte informação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹⁴:

Cerca de 18% dos jovens de 14 a 29 anos de idade no Brasil, equivalente a quase 52 milhões de pessoas, não completaram o ensino médio, ou porque abandonaram, ou porque nunca frequentaram a escola. Quando esses jovens foram perguntados sobre o motivo de terem abandonado os estudos, a necessidade de trabalhar foi apontada como fator principal tanto para os homens quanto para as mulheres. Além disso, no caso das mulheres, a gravidez e a falta de interesse em estudar também foram mencionadas (IBGE, 2022).

No Gráfico 1, localizado abaixo, é possível encontrar distribuição porcentual referente a estudantes que pretendem ou não estudar na UFOP. Dentre a(o)s respondentes, 52% gostariam; 25% não e o restante, 22%, talvez.

Gráfico 1 – Estudantes que desejam estudar na UFOP, discentes do Terceiro Ano do Ensino Médio da EEDPII, 2023



Fonte: Acervo pessoal.

Perante as respostas obtidas e apresentadas acima, também se destaca a informação de que as mulheres estão em maioria nas salas de aula e são elas também responsáveis pela maior porcentagem de discentes que pretendem seguir com os estudos após a conclusão do Ensino Básico. Dado compatível com o percentual apresentado anteriormente por Patrícia Pereira, em relação a ingressantes da UFOP no segundo semestre de 2023. Entre os cursos escolhidos por elas estão: Psicologia, Odontologia, Medicina Veterinária, Gastronomia, Enfermagem, sendo que nenhuma dessas opções é oferecida na UFOP, ao passo que

¹⁴ O IBGE é o principal provedor em relação a estatísticas e informações geográficas do Brasil.

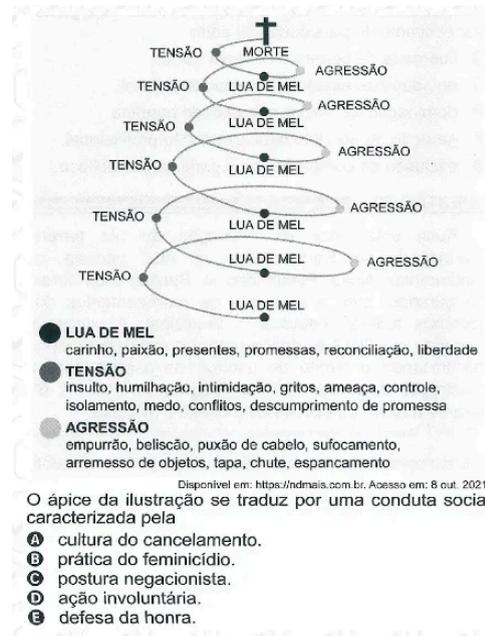
Gastronomia é oferecido pelo Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG) de Ouro Preto¹⁵. Outros cursos oferecidos pela UFOP e citados foram: Direito (quatro vezes), Nutrição (três vezes), Medicina (três vezes), História (duas vezes), Ciências Biológicas (duas vezes), Educação Física (cinco vezes) e o curso de Artes Cênicas, que foi citado por uma vez. Percebe-se, dessa forma, que o formulário estimulou a(o)s estudantes a pensarem na formação futura, a que têm direito, e nos cursos oferecidos pela UFOP.

Mediante esse levantamento de dados do formulário, frente ao questionamento do porquê não fazer um curso superior, dentre as diversas respostas, algumas por vezes se repetiram, sendo elas “Tenho outras prioridades” (quatro vezes), “Não gosto daqui” (três vezes) e, então, a mais marcante entre elas: “Universidade/faculdade só deixa os donos ricos, não quem faz” (uma vez).

A presença de residentes jovens nas escolas, contudo, traz a possibilidade e ressalta a importância de estudar ou cursar uma universidade, mediante a falta de motivação dos estudantes. A proximidade de idade entre corpo discente e residentes torna a ideia de realizar um curso superior algo mais acessível. Durante o ano letivo, por diversas vezes, foi desenvolvida a temática do ENEM, com questões interessantes preparadas ou replicadas nas provas com estudantes do Ensino Médio. Assim, foram levadas informações e questões das provas dos anos anteriores para que pudessem estudar, o que, inclusive, trouxe reflexões vitais, como foi o caso da seguinte questão, Figura 1, apresentada durante um questionário de revisão:

Figura 1 – Questão do ENEM 2022 sobre feminicídio apresentada para discentes do Terceiro Ano do Ensino Médio da EEDPII, 2023

¹⁵ Ver em <https://ouopreto.ifmg.edu.br/ouopreto>. Acesso em: 07 jan. 2024.



Fonte: ENEM 2022

A questão apresenta um círculo vicioso em que muitas mulheres ficam presas, em situações que são assim resumidas: “lua de mel”, “tensão” e “agressão”. Assim a extrema violência a que são submetidas levam as mulheres, muitas vezes, à morte. Essa questão mostra, então, as circunstâncias que levam ao feminicídio. Essa problemática foi minuciosamente analisada e discutida durante a aula. Inicialmente, estudantes encontraram dificuldades para compreender a natureza do tópico em pauta. No entanto, ao longo do debate, várias pessoas conseguiram expressar seus pontos de vista, uma vez que diversos relatos de situações de agressões em suas casas ou por parte de pessoas conhecidas foram compartilhados por discentes.

Uma problemática encontrada em diversas instituições de ensino tem como enredo a dificuldade de se lidar com as questões psicológicas discentes. Transtornos como a ansiedade têm se mostrado cada vez mais frequentes na vida de crianças, adolescentes, jovens e adultos, confirmando que não se tratam de casos isolados. Por diversas vezes, adolescentes com crises de ansiedade são encontrados pelos corredores da EEDPII, de forma que, como residente do PRP Artes Cênicas, observei que essas questões são negligenciadas. É de fato necessário lembrar a impossibilidade de docentes se envolverem em todas as problemáticas que atingem direta e indiretamente cada discente, por limitações pessoais e profissionais, dado o tempo de aulas de Artes de cinquenta minutos e o alto número de discentes por turma: cerca de trinta a quarenta.

A visão de que as crianças e adolescentes são, de certa maneira, frágeis psicologicamente em comparação aos adultos ainda prevalece. Uma criança quando pequena chora por não encontrar seu brinquedo favorito, já que para ela a perda é um sentimento avassalador, pois aquele brinquedo tem uma significância inestimável. Adolescentes sofrem pelo fim de relacionamentos como se aquele momento fosse o fim para a sua existência, pois acredita fielmente que realmente é. Já pessoas adultas bravejam e se entristecem pela rejeição, por uma perda de uma vaga de emprego, sendo esta situação importante e significativa. Em todos os exemplos, as pessoas vivem acontecimentos primordiais de suas vidas. São questões que vão além da fragilidade, ou seja, nenhum sofrimento deve ser subestimado, já que os sentimentos e os pensamentos são próprios das experiências vitais.

No meio escolar, muitas vezes é possível haver um tratamento das situações exemplificadas, de subestimação dos sentimentos de adolescentes como se fossem inferiores aos próprios, por parte de profissionais. Frases como “Quando você crescer vai ver que isso não é nada”, “É só uma fase” ou “Isso não é o fim do mundo” tornam a ligação e a comunicação entre adulta(o)s e adolescentes pouco empática. Para adolescentes, aquela perda afetiva é muito intensa e não pode ser subestimada. Outro ponto a se observar é que as vivências conflitivas fora da escola são inúmeras, tornando assim imprescindível acolher sentimentos que são levados para o cotidiano escolar e colocá-los em discussão para além dos conteúdos das disciplinas.

Em uma atividade realizada em aula, perante uma proposta do plano de ensino bimestral, foi realizado um processo de reflexão guiada imersiva dentro do PRP. A proposta era que discentes se debruçassem sobre a mesa enquanto o residente Otávio guiava a reflexão imersiva, o que gerou o contato com sentimentos ou situações traumáticas. Assim, foi possível perceber as aflições que são presenciadas entre adolescentes. Foi instruído que pensassem em momentos específicos de suas vidas nos quais passaram por alguma opressão e, também, aqueles em que foram opressivos. Durante a atividade, uma aluna teve uma crise de ansiedade, então, como forma de acolhimento, a retirei da sala para que pudesse se sentir mais confortável. Assim, quando ela se acalmou, conseguiu me explicar o que causou aquela crise, pois se viu acolhida e encontrou um espaço seguro para falar. Incluir práticas de acolhimento é essencial no processo educativo.

IV. Raízes e identidade: a importância da cultura afro-brasileira e sentimento de pertencimento

Durante o período colonial, Ouro Preto experimentou uma intensa atividade exploradora da mineração, o que levou à formação de uma sociedade em que a elite se erguia explorando as riquezas da região em detrimento da vida de pessoas negras escravizadas. A exploração na parte mineradora e a mão de obra escravizada moldaram profundamente a estrutura social e econômica da cidade, deixando cicatrizes profundas até os dias de hoje: o racismo estrutural. Como aponta Ribeiro:

É claro que há quem seja abertamente racista e manifeste sua hostilidade contra grupos sociais vulneráveis de diferentes formas. Mas é preciso notar que o racismo é algo tão presente em nossa sociedade que muitas vezes passa despercebido. Um exemplo é a ausência de pessoas negras numa produção cinematográfica - aí também está o racismo. Ou então quando, ao escutar uma piada racista, as pessoas riem ou silenciam, em vez de repreender quem a fez - o silêncio é cúmplice da violência. Muitas vezes, pessoas brancas não pensam sobre o que é o racismo, vivem suas vidas sem que a sua cor as faça pensar sobre esta condição. Por isso, o combate ao racismo é um processo longo e doloroso. Como diz a pensadora feminista negra Audre Lorde, é necessário matar o opressor que há em nós, e isso não é feito apenas se dizendo antirracista: é preciso fazer cobranças (RIBEIRO, 2019, p.15).

Um dos passos fundamentais para fortalecer a identidade de jovens de Ouro Preto em relação ao período colonial é a ampliação do ensino da história afro-brasileira e indígena nas escolas. Isso não apenas proporcionaria uma compreensão mais abrangente do papel da população negra na formação da cidade, mas também promove uma consciência crítica sobre as injustiças históricas. Ao incluir na educação formal narrativas que destacam a resistência e as contribuições da população afrodescendente, jovens teriam uma base mais sólida para construir sua identidade cultural. Entre diversos livros que podem ser usados como base para este trabalho temos: "O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado" de Abdias do Nascimento, uma análise crítica da situação do negro no Brasil, que destaca a importância de uma educação que valorize a história e as contribuições da população afrodescendente.

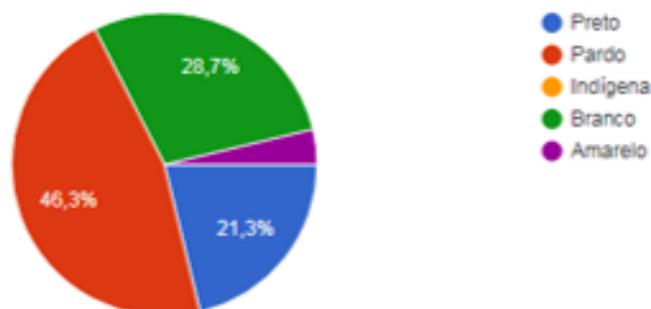
Além de necessário, o trabalho embasado nessa temática também se mostra obrigatório, como podemos ver a partir da Lei nº10.639 que, no contexto brasileiro, é uma legislação que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/1996) para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Essa lei busca promover o reconhecimento, a valorização e a inclusão da história e cultura afro-brasileiras nos currículos escolares, visando combater o racismo e promover a igualdade racial. É importante mencionar que, posteriormente, a Lei 11.645/2008

ampliou essa obrigação, incluindo também o ensino da história e cultura indígenas nos currículos escolares. Dessa forma, ambas as leis buscam promover uma educação mais inclusiva e que reflita a diversidade étnico cultural do Brasil.

O estímulo à valorização da diversidade cultural é essencial para criar um ambiente em que jovens se sintam pertencentes à sua própria história. Iniciativas culturais que promovam a música, a dança, a culinária e outras expressões artísticas afro-brasileiras podem desempenhar um papel vital nesse processo. Ao celebrar a riqueza da diversidade, a comunidade pode construir pontes entre as diferentes partes de sua história, permitindo que jovens se identifiquem positivamente com a riqueza cultural de suas origens. Um exemplo sólido foi a atividade desenvolvida em sala de aula, na qual foi trabalhado o conto “Maria”, que faz parte da composição do livro “Olhos D’água”, de Conceição Evaristo. Após a leitura coletiva do conto foi debatido como nele se retrata fielmente a realidade da desigualdade racial e social presente no dia a dia do povo brasileiro.

Historicamente, pessoas pretas foram submetidas ao sofrimento e à discriminação decorrentes da escravização, gerando diversos ciclos de segregação e diversas formas de injustiça racial. Esse histórico de estigmatização contribuiu para gerar um sentimento de vergonha, como se a identidade racial estivesse associada a experiências negativas. Em muitas sociedades, padrões de beleza eurocêntricos foram e, em alguns casos, ainda são predominantes. Isso pode levar indivíduos a internalizar noções de inferioridade racial, sentindo vergonha de características físicas associadas à sua herança africana. É importante ressaltar que esses sentimentos de vergonha não são inerentes à identidade racial em si, mas são moldados por contextos sociais, históricos e culturais coloniais. O enfrentamento dessas questões envolve o reconhecimento e a desconstrução de preconceitos internalizados, bem como a promoção de uma sociedade mais inclusiva e justa. A valorização da diversidade, o empoderamento racial e o diálogo aberto sobre essas questões são passos importantes para superar a vergonha associada à identidade racial. Por isso foi incluída no questionário a pergunta “como você se identifica racialmente?”. O Gráfico 2 apresenta a resposta referente à identificação racial no formulário para estudantes do Terceiro ano do Ensino Médio da EEDPII:

Gráfico 2 – Identificação racial, aluna(o)s do Terceiro Ano do Ensino Médio da EEDPII, 2023



Fonte: Acervo pessoal

É possível observar que dentre oitenta respondentes, quase quarenta e cinco por cento se autodeclararam parda(o)s e apenas vinte e um por cento se declararam preta(o)s. Nesse sentido, na EEPDII há um corpo discente composto majoritariamente por pessoas pretas que não se autodeclararam como tal. Assim, pode ser que existam fortes vestígios de um apagamento da cultura preta e afro-brasileira, uma negação que pode estar associada ao medo e às marcas de um passado escravagista e perverso, bem como ao racismo estrutural da sociedade.

A análise se estende em relação à compreensão discente ao que se refere a identidade racial. O gráfico também apresenta um número de quase 4% de jovens se autodeclarando como amarel(a)os, porém, na escola não tem registro de nenhuma pessoa oriental, sendo estas chinesas, japonesas ou coreanas. É que o fizeram de forma equivocada, provavelmente por alguma falta de entendimento, informação, ou mesmo de forma irônica. Em relação à presença indígena, não houveram declarações por parte de estudantes, mesmo sendo clara e perceptível a presença de pessoas com ascendência indígena no corpo discente da escola. A base para esta linha de entendimento é que muitos currículos escolares ainda são centrados em perspectivas eurocêntricas, deixando de abordar de maneira adequada a diversidade racial e étnica. Assim, podemos compreender que a discussão sobre o colorismo ainda não se tornou totalmente presente no meio escolar, tal situação, então, torna complexa para uma diversidade de adolescentes se identificarem como pessoas pretas ou pardas.

Figura 2 - Aluna apresentando objetos que falam de si mesma, EEDPII, 2023



Fonte: Acervo pessoal (2023)

Figura 3 - Jogo teatral realizado na área externa, EEDPII, 2023



Fonte: Acervo pessoal (2023)

Na Figura 2, é possível visualizar uma atividade realizada com estudantes do Terceiro Ano do Ensino Médio, denominada "Museificação de si", proposta que advém da obra "Dos guetos que habito: negritudes em procedimentos poéticos cênicos" de Adriana Patrícia Santos (2015). Nessa proposta, cada discente selecionou cinco objetos pessoais que considerassem representativos de si mesmos. Essa abordagem revela-se interessante, uma vez que estudantes podem sentir dificuldade em expressar ou falar sobre si. Ao compartilharem objetos e memórias escolhidas, estabelece-se uma conexão mais significativa tanto entre colegas quanto com docentes. O ato de ouvir e compartilhar memórias afetivas promove a empatia. Ao entender as experiências emocionais compartilhadas, é possível desenvolver uma compreensão mais profunda das diferentes perspectivas e vivências. Outro ponto é que ajuda

na preservação da história e da cultura de um grupo. Ao relatar essas experiências, as pessoas contribuem para a transmissão de tradições, valores e conhecimentos que moldam a identidade do grupo ao longo do tempo. Para conhecer o lugar ao qual pertence é necessário conhecer a si mesmo.

A Figura 3 apresenta uma atividade realizada fora da sala de aula, chamada “Casa, morador e terremoto”, sendo essa uma proposta em que o contato com o outro em espaços mais amplos facilita a interação e o trabalho colaborativo. Nesse contexto, foram propostas atividades diversificadas e que exigiam a prática em equipe. Essa dinâmica fora do ambiente tradicional de aprendizado proporciona uma experiência enriquecedora, promovendo uma interação mais fluida e efetiva entre participantes. A mudança de ambiente pode aumentar a motivação discente e seu engajamento no aprendizado, principalmente no que se refere a uma aula de Artes que, na rede pública de ensino, por vezes espaço e material são escassos.

V. **“Meu morro, minha história”: o isolamento das regiões periféricas**

Como forma de trabalhar a noção de pertencimento com discentes, uma proposta interessante foi organizar a turma em grupos menores. Foi solicitado que criassem cartazes com desenhos, frases ou palavras avulsas que descrevessem quatro ou mais lugares da cidade aos quais se sentem pertencentes, além de quatro ou mais lugares nos quais não tivessem essa sensação. Por vezes, os locais de não pertencimento acabaram se repetindo entre os grupos: museus, restaurantes, teatros, entre outros, que se localizam no centro histórico de Ouro Preto, ou seja, esses locais foram apontados como distantes de suas realidades. Quando questionados, a resposta era quase sempre a mesma: “Não temos costume de ir lá”, “Não gosto de museu”, “Ali não tem nada que me interesse”. Apesar dos posicionamentos, por vezes concordavam que sempre faltaram oportunidades para fazerem visitas guiadas ou, mesmo, que não se sentiam acolhida(o)s nestes espaços, que são considerados lugares somente para “gente rica”, como assim disseram.

Levando como base a pesquisa e o formulário citado, também houve uma questão latente para a compreensão das perspectivas apresentadas: mais de sessenta por cento da(o)s estudantes moram em zonas periféricas e de risco da cidade. Desse modo, a caminhada e o deslocamento diário para a escola se tornou algo rotineiro, de forma que saem de seus bairros, morros e comunidades para irem para as aulas na EEDPII, no centro histórico. Bairros como Alto da Cruz, Pocinho, Vila Aparecida, Morro da Queimada, Morro São João, Morro Santana,

Taquaral, Saramenha, entre outros, são locais que por vezes carecem de uma atenção em relação ao desenvolvimento de movimentos artísticos e apresentações culturais com poucas iniciativas da própria prefeitura e, por vezes, também da UFOP. Uma reclamação constante é que, para que possam usufruir de quaisquer que sejam as apresentações, festivais, oficinas, são tais moradores que precisam se deslocar até o centro, pois esses eventos não são oferecidos nas regiões periféricas para possibilitar uma forma de participação e inclusão.

Esse levantamento foi importante para residentes se lembrarem de eventos culturais e interessantes no centro histórico para tais jovens. A Secretaria de Cultura precisa proporcionar acesso dos moradores às atividades artísticas e culturais em seus bairros e comunidades. Ao expandir a oferta de atividades para as áreas periféricas, a intenção é enriquecer a vida cultural e social desses locais, oferecendo oportunidades diversificadas de lazer e aprendizado. Não se trata de ampliar a separação entre o centro histórico e as periferias, mas garantir que se tenha acesso a uma gama mais ampla de eventos e experiências significativas do ponto de vista artístico e cultural. Isso implica em proporcionar escolhas, permitindo que decidam quando desejam participar de eventos no centro histórico e quando preferem aproveitar as atividades mais próximas de casa. Essa abordagem visa não apenas criar uma maior inclusão cultural, mas eliminar barreiras geográficas que poderiam limitar o acesso às diversas oportunidades que ocorrem no centro histórico.

A Casa de Cultura Negra, por exemplo, situada no bairro Alto da Cruz em Ouro Preto, é uma iniciativa da Secretaria de Cultura e Turismo da cidade que desempenha um papel crucial na promoção e valorização da participação da comunidade negra. Resultado das conquistas dos movimentos negros, especialmente do Fórum da Igualdade Racial, o espaço tem se destacado desde sua reabertura em 2020. Além de sediar eventos especiais, como lançamentos de livros e shows musicais, a Casa também oferece uma variedade de atividades regulares, incluindo aulas e cursos gratuitos em áreas diversas. Essa diversidade de iniciativas reflete o compromisso da Casa em ser um centro cultural inclusivo, oferecendo oportunidades educacionais e promovendo trocas culturais na cidade. A relevância da Casa de Cultura Negra transcende seus eventos e cursos, sendo reconhecida a ponto de receber prêmios e verbas para estudos sobre a saúde da população negra.

O ponto de vista em relação à UFOP também não se diferencia muito em relação a sensação de não pertencimento, pois, inúmeras(o)s jovens nunca visitaram a instituição. A concepção de que a universidade é somente para pessoas ricas e de fora da cidade prevalece em sua maioria, sendo ressaltada constantemente em conversas dentro de sala de aula. É justo

dizer que tal pensamento não se restringe aos jovens e adolescentes, muito pelo contrário, advém das mães, pais e até mesmo dos avós desses discentes. É um ciclo iniciado desde a Villa Rica, quando a história escravagista trouxe o preconceito, o racismo junto com a desigualdade social que prevaleceu na cidade, bem como no país e, porque não dizer, no mundo. Assim, uma universidade pública que deveria ser sinônimo de igualdade e de acessibilidade foi tomada por uma perspectiva de privilégios.

Tal percepção invisibiliza os avanços que têm sido alcançados ao longo dos anos. Segundo a reportagem de Pereira, as matrículas realizadas na UFOP no segundo semestre de 2023 têm como origem mais de 50% de estudantes de cidades que estão próximas aos *campi* da universidade, que estão localizados em Ouro Preto, Mariana e João Monlevade. Por quais motivos então a(o)s aluna(o)s da Escola Dom Pedro II ainda não se sentem pertencentes?

É possível considerar aquilo que tem que ser melhorado na educação e nos meios de comunicação, tendo em vista as possibilidades de inclusão alcançadas nas instituições federais de ensino superior (IFES). No processo de formação do ensino superior da UFOP, a falta de transporte gratuito para o campus é um dificultador da vida universitária. Desse modo, para muitas pessoas é inviável o pagamento de passagens para deslocamentos, tanto para a universidade quanto para outros pontos da cidade que são considerados de difícil acesso. A maioria da(o)s estudantes da EEDPII são moradora(e)s de bairros periféricos ou até mesmo dos distritos¹⁶.

VI. Vozes oprimidas: atividades para uma conscientização social e dos direitos

O processo de conscientização e compreensão de uma opressão vai muito além de conversações. Durante os quatro bimestres acompanhados em 2023 na EEDPII, por diversas vezes foram trabalhados com estudantes a metodologia de Augusto Boal¹⁷ e de seu livro “Teatro do Oprimido e outras Poéticas Políticas”, sendo essa uma obra que trabalha com o conhecimento e desenvolvimento do teatro como uma ferramenta para a conscientização social e transformação política. O destaque principal é uma a atividade baseada do “teatro

¹⁶ Conforme dados do IBGE “Em divisão territorial datada de 2007, o município é constituído de 13 distritos: Ouro Preto, Amarantina, Antônio Pereira, Cachoeira do Campo, Engenheiro Correia, Glaura, Lavras Novas, Miguel Burnier, Rodrigo Silva, Santa Rita do Ouro Preto, Santo Antônio do Leite, Santo Antônio do Salto e São Bartolomeu”. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/ouro-preto/historico>. Acesso em: 08 jan. 2024.

¹⁷ Augusto Boal (1931-2009) foi conhecido como um renomado diretor de teatro, dramaturgo e ativista brasileiro. Boal acreditava que o teatro possuía o poder para a capacitação das pessoas refletirem criticamente sobre questões sociais.

fórum”¹⁸, que permite que as pessoas participem ativamente na criação e solução para problemas sociais.

Nas salas de aula essa metodologia de jogos teatrais fluiu com alguns desafios. Adolescentes, por vezes, são contrários às solicitações docentes, então, a realização de jogos era vista com muita dificuldade e pouca curiosidade, sejam estes dentro ou fora de sala de aula. Ainda assim, foi possível encontrar brechas que possibilitaram que os jogos teatrais, como o “teatro de fórum”, fossem recebidos de maneira mais fluida. A partir do momento que existe a chance de tais jovens se pronunciarem sobre a temática proposta, há maior participação. A certeza que a opinião de cada pessoa importa – e o objetivo é que realmente tenha importância – faz com que se abram para uma melhor interação. As oportunidades para que possam falar aquilo que incomoda e trazer levantamentos sobre questões sociais e políticas tornam a conscientização algo mais alcançável. Augusto Boal lembra que:

Pode ser que o teatro não seja revolucionário em si mesmo, mas estas formas teatrais são certamente um ensaio da revolução. A verdade é que o espectador-ator pratica um ato real, mesmo que o faça na ficção de uma cena teatral. Enquanto ensaia jogar uma bomba no espaço cênico, esta concretamente ensaiando como se joga uma bomba; quando tenta organizar uma greve, esta concretamente organizando uma greve. Dentro dos seus termos fictícios, a experiência é concreta (BOAL, 1991, p. 164).

Nesse sentido, nas salas de aula somos espectadores e protagonistas de nossas próprias vivências, com diversas cenas a serem apresentadas, questionadas e modificadas. Quando se trata do aumento significativo da evasão nas escolas, diversas explicações surgiram durante as aulas e seus debates: o que é ensinado não é de interesse para jovens que acordam todos os dias de manhã para estudar e, em seguida, vão trabalhar para auxiliar no sustento da família. As disciplinas Química, Física, Artes, entre outras matérias, tornam-se desnecessárias aos olhos cansados desses estudantes. O sistema de avaliação, com notas que transformam o aprendizado discente em somente mais um número no resultado de uma prova, traz frustrações quando as metas não são alcançadas. É como se todo o conhecimento discente, em relação às demais experiências da vida que ocorrem fora da instituição escolar, fosse ignorado e insignificante, o que não deveria acontecer, já que a escola deve ser a base preparatória para vivências presentes e futuras. Paulo Freire, em “Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa” (1997), há muito tempo já levantou tal problemática:

¹⁸ O “Teatro Fórum” é uma técnica desenvolvida por Augusto Boal no âmbito do “Teatro do Oprimido”. Essa abordagem envolve o público, o transformando de espectador passivo em um participante ativo na narrativa teatral.

Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam a ela - saberes popularmente construídos na prática comunitária - mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos (FREIRE, 1997, p.17).

Em "Ensinando a Transgredir: Educação como Prática da Liberdade", bell hooks (2013) destaca que, para criar um ambiente de aprendizado eficaz, é fundamental que educadores reconheçam as experiências e identidades diversificadas dentro o corpo discente. Ela defende a ideia de que a aprendizagem ocorre de maneira mais significativa quando aluna(o)s se sentem emocionalmente segura(os) e intelectualmente desafiada(o)s. hooks destaca a importância de desafiar as hierarquias tradicionais, encorajar o diálogo aberto e cultivar um ambiente que celebre a diversidade como componentes essenciais para criar uma sala de aula verdadeiramente inclusiva e transformadora. Essa metodologia supera a organização de carteiras enfileiradas e provas que medem conteúdos decorados, colocando um novo ponto de vista para uma educação de maior qualidade, baseada em convivência e rodas de conversas. Nenhuma pessoa é exatamente igual a outra, não é de se esperar que isso seja diferente entre um corpo discente de uma escola.

A abordagem da avaliação processual representa uma mudança significativa no modo como enfrentamos as dificuldades acadêmicas, proporcionando uma perspectiva mais equitativa e humana. Reconhecer que cada discente tem um processo único de aprendizado é fundamental para promover um ambiente educacional inclusivo e justo. A ideia de que estudantes devem aprender e se desenvolver da mesma maneira é limitada e não considera a diversidade de experiências, habilidades e estilos de aprendizagem presentes na sala de aula. Portanto, uma abordagem mais flexível e centrada no processo de aprendizado, em oposição a uma avaliação unidimensional e padronizada, permite que educadora(e)s identifiquem e atendam às necessidades específicas de cada discente. Ao adotar essa perspectiva, não apenas reconhecemos a diversidade inerente às experiências de aprendizado, mas incentivamos um progresso mais significativo e individualizado para cada estudante.

VII. **Considerações finais: perspectivas da caminhada contracolonial**

Em uma cidade como Ouro Preto, que traz em sua história as marcas da crueldade do período colonial, com o sofrimento de pessoas afro-brasileiras, decorrente da escravização e todas as suas consequências, é necessário que isso esteja presente nos debates educacionais

atuais. As comunidades periféricas localizadas no alto dos morros sofrem as consequências de uma imensa desigualdade que se arrasta desde os primórdios do Ciclo do Ouro (Séc. XVIII), inclusive em decorrência do sistema imperialista que o instaurou, com a tardia e equivocada “abolição da escravatura”. Se hoje o turismo é forte por seus grandes edifícios arquitetônicos, isso se deve ao trabalho de pessoas que foram brutalmente escravizadas e subalternizadas. Então, por essas razões históricas é possível começar a entender por qual motivo estudantes não se sentem pertencentes à cidade que foi erguida com o esforço de seus antepassados. Talvez essa seja uma das consequências de toda a violência do período colonial que vem com o racismo estrutural.

Como parte do processo de administração municipal, estadual e federal é fundamental iniciar ou fortalecer projetos que buscam uma distribuição mais equitativa de recursos e oportunidades pela cidade. Esses esforços devem ir além da infraestrutura física e abranger políticas educacionais, especialmente ao promover a permanência e valorização de manifestações artísticas e culturais, incluindo o significado da resistência das comunidades afro-brasileiras. Incentivar a permanência de manifestações artísticas, não só de festas populares que preservam tradições culturais valiosas, mas também fortalece o tecido social e identitário da comunidade. As expressões culturais muitas vezes representam formas de resistência histórica, narrando as histórias e lutas do povo afro-brasileiro e indígena. Portanto, investir nesses eventos não apenas celebra a diversidade cultural, mas também reconhece e honra a contribuição significativa dessas comunidades para a construção da identidade local.

O incentivo na educação escolar e extraescolar é uma maneira de acolher e aumentar o interesse em certas especificidades de arte e de ensino, pois, assim se consegue alcançar diversos subgrupos da população. Oficinas de artes, teatro, danças, palhaçaria, artesanato, culinária, entre tantas outras, trazem a educação em sua forma mais plena e agradável. Como Freire ressalta:

Se estivesse claro para nós que foi aprendendo que aprendemos ser possível ensinar, teríamos entendido com facilidade a importância das experiências informais nas ruas, nas praças, no trabalho, nas salas de aula das escolas, nos pátios dos recreios, em que variados gestos de alunos, de pessoal administrativo, de pessoal docente se cruzam cheios de significados (FREIRE, 1997, p.50).

Destarte, é de se considerar que a própria UFOP demonstra um posicionamento inclusivo em seus projetos, ainda a ser melhorado e ampliado com mais recursos destinados

às políticas públicas de inclusão, como a Mostra de Profissões¹⁹ e Festival de Inverno²⁰, que são eventos importantes de aproximação da universidade para adolescentes, jovens e adultos da região. Muitos eventos culturais em Ouro Preto têm se tornado, em certa medida, excludentes, e essa exclusividade, por vezes, parece ser respaldada até mesmo pelo apoio da prefeitura. A prática de trazer artistas externos para eventos em Ouro Preto, sem priorizar o talento e a riqueza cultural já existentes na própria comunidade, parece relegar as expressões locais a um papel secundário, muitas vezes percebido como apenas um "show do intervalo". Isso não apenas marginaliza os artistas locais, mas também contribui para uma dinâmica cultural em que as identidades e expressões da própria cidade são subestimadas ou minimizadas.

Uma abordagem mais inclusiva e valorizadora da cultura local poderia envolver um investimento mais substantivo em artistas e manifestações artísticas da região. Isso não só estimularia o sentimento de satisfação e a identidade cultural entre residentes, mas também enriqueceria a diversidade artística da cidade como um todo. Além disso, ao destacar e promover talentos locais, a comunidade pode se beneficiar economicamente e fortalecer seus laços sociais e culturais. A ideia de educação e formação inclusiva parece incomodar as pessoas com domínio financeiro, econômico e político, a saber, as elites excludentes. Mudanças são necessárias e nada é impossível de ser conquistado, a começar pela educação básica e de qualidade, como vem sendo a proposta do Programa Residência Pedagógica em parceria com as universidades, com a UFOP. Nesse sentido, é uma realização poder participar na condição de residente do PRP Artes Cênicas implicados nas políticas inclusivas e beneficiados por elas.

¹⁹ A Mostra de Profissões é o evento que busca apresentar a Universidade para os estudantes de ensino médio que pretendem cursar o ensino superior. Disponível em: <https://ufop.br/noticias/graduacao/mostra-e-neste-sabado-17#:~:text=A%20Mostra%20de%20Profiss%C3%B5es%20%C3%A9,pretendem%20cursar%20o%20ensino%20superior>. Acesso em: 08 jan. 2024.

²⁰ A primeira edição do Festival de Inverno de Ouro Preto ocorreu em julho de 1967 por iniciativa dos professores da escola de Belas Artes da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Em seguida, outras edições foram realizadas, entretanto, o festival passou a acontecer em outras localidades do estado em parceria com a UFMG. Disponível em: <https://ouopreto.mg.gov.br/noticia/3366>. Acesso em: 08 jan. 2024.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **Lei nº 8.069**, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Brasília, 13 de julho de 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº10.639**, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira" e dá outras providências. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/110.639.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 12.711**, de 29 de agosto de 2012. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. Brasília, 29 de agosto de 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112711.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.409**, de 28 de dezembro de 2016. Altera a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, para dispor sobre a reserva de vagas para pessoas com deficiência [...]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113409.htm. Acesso em: 23 out. 2023.

BOAL, Augusto. **Teatro do Oprimido e Outras Poéticas Políticas**. 6 ed. Rio de Janeiro. Editora Civilização Brasileira: 1991.

EVARISTO, Conceição. **Olhos d'água**. 1. ed. Rio de Janeiro: Pallas, Fundação Biblioteca Nacional, 2016.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1997.

KOUDELA, Ingrid. **Léxico de pedagogia do teatro**. 1ª ed. São Paulo: Perspectiva: SP. Escola de Teatro, 2015.

hooks, bell; **Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2022.

NASCIMENTO, Abdias do. **O Genocídio do Negro Brasileiro: Processo de um Racismo Mascarado**. São Paulo: Paz e Terra, 1978.

PEREIRA, Patrícia. Mais da metade dos ingressantes 23.2 é preta ou parda, do sexo feminino e com ensino médio em escola pública. **Site da UFOP**, 16 de novembro de 2023. Disponível em: <https://www.ufop.br/noticias/graduacao/mais-da-metade-dos-ingressantes-232-e-preta-o-u-parda-do-sexo-feminino-e-com>. Acesso em: 22 dez. 2023.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. 1ªed. São Paulo: Companhia Das Letras, 2019.

ROJÃO, G.; ARAÚJO, T.; SANTOS, A.; MOURA, S.; CARREIRA, R. **Coolkit: jogos para a não violência e igualdade de gênero**. Covilhã: Coolabora, 2011. Disponível em: <https://cidadaniaemp Portugal.pt/wp-content/uploads/recursos/coolabora/coolkit.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2024.

SANTOS, Adriana Patricia; BAUMGÄRTEL, Stephan Arnulf. **Dos guetos que habito: negritudes em procedimentos poéticos cênicos**. Revista de Estudos em Artes Cênicas, Florianópolis, v. 1, n. 24, p. 028–041, 2015.

VASCONCELOS, J. C., Lima, P. V. P. S., Rocha, L. A., & Khan, A. S. **Infraestrutura escolar e investimentos públicos em Educação no Brasil: a importância para o desempenho educacional**. Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro, v.29, n.113, p. 874-898, out./dez. 2021